

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**COM OLHOS DE CRIANÇA: a percepção das crianças do campo sobre a
infância no meio rural**

MATINHOS

2014

GRAZIELA SCOPEL BORGES

**COM OLHOS DE CRIANÇA: a percepção das crianças do campo sobre a
infância no meio rural**

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a obtenção de certificação do Curso de
Especialização em Educação do Campo,
Setor Litoral, da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Fábio Messa

MATINHOS

2014

COM OLHOS DE CRIANÇA: a percepção das crianças do campo sobre a infância no meio rural

BORGES, Graziela Scopel¹

Resumo: Valorizar as falas e representações infantis é pensar nas crianças como sujeito de direitos. Neste sentido, toda e qualquer criança, independente do contexto em que vive, deve ter seus direitos garantidos e preservados. Assim, este artigo teve como objetivo fazer um estudo acerca das representações e percepções sobre direitos e infância por crianças que vivem na área rural do município de Itapejara D'Oeste. Para o desenvolvimento deste, utilizou-se de um estudo de caso, com análise qualitativa, para compreender melhor os elementos da realidade das crianças do campo. Como instrumento de coleta de dados, realizou-se um Fórum Infantil, que abordou temáticas relacionadas à educação, direito ao brincar, transporte, acesso aos serviços de saúde e ao contexto/infância no campo. A partir das falas do grupo, percebeu-se algumas possibilidades e algumas dificuldades em ser uma criança que vive no campo.

Palavras-chave: Direitos. Infância. Infância no campo.

1. Introdução

Ao longo da história da educação brasileira, a Educação do Campo não foi alvo de estudos específicos e esteve sempre atrelada à educação nas áreas urbanas. Além da exclusão nas discussões referentes à educação, os sujeitos do campo², nas demais políticas públicas, também tiveram seus direitos relegados à segundo plano frente às políticas de desenvolvimento que privilegiaram o incentivo à industrialização e urbanização do nosso país.

Este artigo tem como objetivo geral fazer um estudo acerca das representações e percepções sobre a infância por crianças que vivem na área rural do município de Itapejara D'Oeste. Mais especificamente, este estudo procurou realizar um levantamento acerca da realidade sócio-econômica de algumas crianças que vivem na área rural de Itapejara D'Oeste através de uma caracterização destas crianças e, por fim, também buscou refletir sobre as vozes destes educandos, no sentido de identificar as representações infantis acerca das dificuldades, dos direitos, das vivências e das práticas das crianças

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. Diretora do Centro Social Marista de Itapejara D'Oeste. E-mail: gsborges@marista.org.br

² Para Caldart, Paludo e Doll (2006) os sujeitos do campo correspondem aos grupos sociais específicos do contexto do campo envolvendo idosos, adultos, juventude rural, crianças e educadores.

que moram e vivem no/do campo no município de Itapejara D'Oeste. Tomou-se como campo e sujeitos da pesquisa, os educandos de até 12 anos e que fazem parte do Serviço de Apoio Socioeducativo do Centro Social Marista Itapejara³.

Para o embasamento da discussão foi fundamental refletir sobre a história social da infância e de que forma esta história contribuiu para a percepção da criança como sujeito de direitos. Também foi fundamental refletir sobre a(s) infância(s) do campo e como estas crianças têm acessado seus direitos sociais.

Para a concretização desta pesquisa, fez-se um estudo de caso como metodologia de pesquisa, sendo que a análise dos dados foi feita a partir dos preceitos das pesquisas qualitativas. Para análise dos dados, embasou-se em vários autores, destacando-se as contribuições de Philippe Ariès (1981) que reflete sobre a história social da infância; Faria e Finco (2011) que junto com outros autores, discutem sobre a Sociologia da Infância; Abramoway (2012) e Veiga (2014) que refletem sobre as questões do desenvolvimento rural e questões do campo além dos documentos legais referentes aos direitos da infância, especialmente a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente e as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, Parecer da CEB - nº 36/2001.

O texto está organizado em três seções: a primeira traz reflexões acerca da concepção de infância que temos hoje e sobre o conceito da criança como sujeito de direitos; a segunda faz uma reflexão acerca das questões gerais do campo e a(s) infância(s) do campo e a terceira apresenta os resultados e análise da pesquisa.

³ O Centro Social Marista de Itapejara (CESMAR) é uma entidade filantrópica beneficente, que faz parte da Rede Marista de Solidariedade, e que desenvolve, de forma conjunta com o Departamento de Educação do Município um projeto educacional de atendimento de 300 crianças em tempo integral. Em período contraturno ao tempo escolar, os educandos vêm à Unidade para a participar de projetos socioeducativos como informática, robótica, jogos cooperativos, meio ambiente, artes, dança, circo, capoeira além de terem acompanhamento pedagógico e de um profissional do Serviço Social. Também recebem alimentação (café da manhã, almoço e lanches da tarde) acompanhada de um profissional da área da Nutrição. O objetivo de trabalho do Centro Social Marista é contribuir com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes do município, bem como estar presente nos espaços de regulação e defesa dos direitos de crianças e jovens, atuando de forma incisiva na efetivação de políticas públicas para as infâncias e juventudes.

³ Sistema Integrado das Unidades Sociais – SIUS, é um sistema interno da Rede

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRIA SOCIAL E DIREITOS DA INFÂNCIA

*“Toda criança quer
Toda criança quer crescer
Para crescer e ter acesso a mundo”*

(Trecho da música Toda Criança quer, Grupo Palavra Cantada)

Refletir sobre a especificidade do mundo infantil é algo recente nas discussões educacionais e podemos, definirmos aproximadamente, como sendo a partir dos movimentos da Escola Nova, início do século XX. Neste processo, foi e é,

[...] inegável a contribuição da sociologia da infância, a afirmação da filosofia e da antropologia da criança, o ressurgimento, em outras matrizes, da psicologia da criança e a consolidação de uma pedagogia da infância, passado este conjunto particular a ser denominado estudos da infância. (FARIA e FINCO, 2011, p, 1).

O objetivo desta seção é trazer elementos para que possamos repensar a criança e a infância, numa perspectiva de respeito à especificidade, bem como em avançar no entendimento do ser criança nos dias atuais.

Buscando alguns apontamentos da História Social da Infância, a partir dos estudos pioneiros do francês Philippe Ariès que teve como análise o contexto da Idade Média, revelou, através de seus estudos, uma visão secundarizada, fragilizada e desvalorizada da criança. Naquele momento histórico, mulheres, crianças e jovens eram considerados inferiores e assim, não mereciam quaisquer tratamento diferenciado (ARIÈS, 1981).

No período Medieval, a criança era vista como um adulto em miniatura, sendo que até seus trajés, eram iguais aos dos adultos, apenas em menor escala. Só eram diferenciadas pelo tamanho e pela força.

A infância era reduzida ao período pós-natal, sempre vista com a ideia de dependência dos adultos. Logo após desenvolver as habilidades básicas (caminhar, expressar-se, alimentar-se) a criança já era misturada ao mundo dos adultos, na mesma intensidade inclusive no aprendizado das tarefas, e por conta disso, a mão-de-obra infantil foi utilizada por muitos séculos,

emblematicamente, no período da Revolução Industrial, por volta do século XVIII (ibid, p. 03).

Na Idade Moderna, os esforços educativos giravam em torno da civilidade, ou seja, no aprendizado das boas maneiras e da etiqueta. A própria escola, surgiu para a aculturação de crianças maiores, obviamente, filhos das classes abastadas: longe se estava do pensamento de uma escola adaptada às necessidades infantis.

Arriès (1981) ainda aponta que a infância, assim como a adolescência, foi fruto da Modernidade, especialmente pelo desenvolvimento das diferentes áreas da ciência como a Biologia e a Psicologia. Somado a tudo isso, a infância é fortemente explorada pelo capitalismo como um nicho comercial.

A partir deste breve contexto, cabe aqui refletir sobre o conceito de infância. Este conceito, nos estudos da infância, vai além do conceito de ordem biológica ou que apenas descreva as etapas de desenvolvimento psicológico e cognitivo. Envolve tanto a condição peculiar de desenvolvimento deste sujeito quanto as demais questões sócio-afetivas como família, comunidade e sociedade que têm influência direta nas condições de vida, existência e história das crianças.

Avançando, parte-se do pressuposto de que é necessário reconstruir este conceito no sentido de superar a visão ocidental, adultocêntrica, invisibilizada e homogênea que se tem sobre a criança e a infância. É necessário compreendê-las de forma ampla, levando em conta também o contexto histórico, social, político e cultural do qual ela faz parte (FARIA e FINCO, 2011, p. 1-2).

Para muitos a infância é apenas um estágio para a adultice, assim como a juventude. Uma etapa na cronologia, uma etapa de desenvolvimento, uma etapa de maturação. Abramovicz (2011) reflete sobre o conceito de infância, numa perspectiva mais contemporânea e dinâmica. A autora cita que a criança é contemporânea, ou seja, a criança expressa-se principalmente pelo tempo presente. Nós adultos temos a recorrência constante de pensar na infância como tempo de nostalgia, como lembrança de um tempo passado que não volta mais. A autora ainda complementa que a criança é um devir “[...] um futuro que ainda não está, uma criança que nasce traz em si esse futuro” (ABRAMOVICZ, 2011, p. 21). Para além de pensarmos na criança como um

futuro adulto, temos que compreendê-la em na dimensão do presente. Desta forma, precisamos entender e incorporar a ideia de que a criança é um ser social e como ser social, influencia e é influenciada pelo meio ao qual ela faz parte.

Farias e Finco (2011, p. 12) afirmam que é fundamental que passemos a “[...] enxergar as crianças, mesmo as pequenas, como atores sociais e sujeitos de direitos, construtoras de história e de cultura”. Mesmo pequenos já são capazes de fazer representações acerca do mundo em que vivem, expressam-se de diferentes formas e linguagens, têm consciência de si e do mundo que os cerca.

A partir da década de 1980, em meio aos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira, a sociologia e a defesa da infância, entram em pauta, desenvolvendo-se não de forma disciplinar ou como mais uma área de estudos da educação, mas na perspectiva de ampliar a visibilidade dos sujeitos que por muitos anos, foram mantidos em posições passivas e invisíveis na sociedade.

Diante deste contexto, no momento histórico atual, a criança passa a ser entendida como um sujeito, de direitos. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, em seu artigo 3º,

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A chamada doutrina da proteção integral, conclama toda a sociedade a pensar e a agir de forma a garantir às crianças, todas as condições para que se desenvolvam sem prejuízo algum para seu desenvolvimento. Estas condições estão descritas no Artigo 4º do ECA, que afirma ser,

[...] dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Assim tais direitos devem ser garantidos à todas as crianças, independentemente de classe social, contexto cultural, cor, idade e sexo, sendo dever da família e do estado a proteção e a garantia de oferta e acesso a tais direitos, através de políticas públicas. É um desafio latente e emergente, tendo que ser também considerada a complexa realidade e diversidade cultural de nosso país.

Almeida e Pasuch (2013, p. 9) apontam que é urgente um levantamento de informações sobre as crianças que vivem no e do campo, a fim de que se possa ter um mapa da situação e desta forma poder dar maior visibilidade e inclusão destes sujeitos nas políticas públicas. Pensando na criança do campo, cabe a seguir refletir sobre de que forma vivem e como tais crianças ainda passam por exclusões e privações.

2.2 O CONTEXTO DO CAMPO E A INFÂNCIA NO CAMPO

*“Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra,
ele é capaz também de transformar a cultura,
renasce não mais como objeto dela,
mas também como sujeito da história”
(Paulo Freire)*

Pensando mais especificamente acerca da infância no campo, foco deste estudo, é fundamental compreendermos o contexto histórico do qual os sujeitos do campo fazem parte.

História dos povos do campo foi sempre marcada pela exclusão deste grupo social das agendas públicas. A ideologia capitalista do desenvolvimento através da industrialização, produção em série e consumo também chegou ao campo, através do que foi chamada de Revolução Verde. Neste movimento, o campo foi homogeneizado através de pacotes tecnológicos com incentivo à monoculturas, à produção extensiva e à mecanização (ABRAMOVAY, 2012). De uma forma geral, o homem do campo que não acompanhasse estes avanços, seria massacrado pelos latifúndios e as culturas e a manutenção dos modos de vida peculiares não seriam justificados diante do avanço e desenvolvimento do país (ibid, 2012).

Vivemos nestes últimos anos, um momento de revalorização do espaço rural, especialmente de fortalecimento da agricultura familiar, que, sobrevive à grande agricultura, ao agronegócio e às culturas urbanas.

A região sudoeste do Paraná é uma região fértil e de forte expressão e arranjos da agricultura familiar. Esta compreende a região formada por 42 municípios situados à margem esquerda do Rio Iguaçu. É uma região que tem como característica produtiva a agricultura e as agroindústrias, e como organização fundiária, a predominância de pequenas propriedades rurais. Sendo assim, a região Sudoeste do Paraná é uma região que vive a ruralidade e o campo é visto não só como espaço produtivo, mas também, como modo de vida e cultura (BORGES, *et al*, 2011, p. 01).

José Eli da Veiga (2014) aponta que é um equívoco afirmarmos que um município é grande, médio ou pequeno apenas a partir do seu número populacional. Para este autor, municípios com população aproximada à 20.000 habitantes tem suas economias baseadas quase que praticamente, na manutenção dos processos produtivos do campo como por exemplo estabelecimentos comerciais, agroindústrias, o comércio em si, transporte de cargas além da efetiva agricultura e pecuária. O autor também cita que devemos melhorar nossa representação do “Brasil Rural”, levando-se em conta outros elementos como contexto produtivo, ambiental, territorial, social e demais manifestações da cultura rural brasileira. Veiga (2014) não descarta a idéia de um *continuum* rur-bano.

Hoje o campo abrange a ampla diversidade territorial e cultural brasileira, e desta forma quando falamos dos sujeitos do campo, e neste estudo das crianças do campo, estamos nos referindo a uma população que abrange grupos sociais diversos como alunos rurais, crianças rurais, crianças filhas de agricultores, crianças filhas de agricultores familiares, crianças do interior, crianças do sertão, crianças rurais ribeirinhas, crianças do movimento sem-terra, crianças em assentamentos rurais, crianças do campo, crianças dos povos das florestas e outras configurações de grupos ligados à terra e às águas como modo de vida e produção da existência (WHEISHEMER, 2005).

“Não é exagero dizer que crianças e os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania [...] (ibid, p. 09)”. O autor faz essa afirmação, referindo-se também à negação de direitos universais aos sujeitos do campo

em diferentes situações de não-reconhecimento, de marginalização, de preconceito e de inacessibilidade aos serviços públicos. Estas negações traduzem-se em uma educação descontextualizada e excludente, em dificuldades de mobilidade e transporte, em serviços de saúde distantes, na falta de espaços de lazer nas áreas rurais, em políticas públicas específicas, na quase que inexistente participação/representação social nas agendas públicas, entre outras situações difíceis.

Ainda neste contexto do campo, não se pode deixar de citar à exploração do trabalho infantil na agricultura e pecuária, entendida erroneamente como princípio educativo, e que em geral expõe crianças e jovens ao que a Organização Internacional do Trabalho - OIT considera como uma das piores formas de trabalho infantil.

Os riscos ocupacionais dos trabalhos das crianças e adolescentes nas atividades agrícolas são o esforço físico e posturas viciosas, exposição à poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos, contato com substâncias tóxicas da própria planta, acidentes com animais peçonhentos, exposição sem proteção adequada à radiação solar, umidade, chuva, frio, acidentes com instrumentos perfuro-cortantes. As prováveis repercussões à saúde das crianças são afecções músculo-esqueléticas, pneumoconioses, intoxicações exógenas, cânceres, berrinçoses (fibra do algodão), hantaviruses, urticárias, envenenamentos, internações, queimaduras na pele, envelhecimento precoce, câncer de pele, desidratação, doenças respiratórias, ferimentos e mutilações, apagamento de digitais (BRASIL, 2008).

A criança (e não só ela) que vive no campo é constantemente seduzida a valorizar a área urbana como um melhor lugar para se viver. Na esperança de se ter um salário fixo (sem os altos e baixos da produção rural), em ter as facilidades do ir e vir, do consumo, das tecnologias, da Modernidade acabam, em alguns casos, por renegar suas raízes e abandonar o campo na oportunidade mais fácil que lhe aparecer.

Apesar de todos estes desafios, a partir deste contexto mais crítico, é que a seguir apresentam-se os dados organizados neste estudo, com o intuito de levantar subsídios para a reflexão da realidade existente no município de Itapejara D'Oeste.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa fez-se o uso dos pressupostos da pesquisa qualitativa bem como de preceitos do tipo de pesquisa do estudo de caso (RAMPAZZO, 2002). Neste sentido, entendeu-se que um estudo mais contextualizado poderia trazer mais elementos para repensar o contexto socioeducativo em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos.

Faria e Finco (2011) contextualizam que a partir dos anos de 1980 as pesquisas educacionais iniciam o movimento de reflexão acerca da constituição da infância em suas diferentes instâncias sociais bem como toma as crianças, suas falas e suas representações como informantes qualificados e contribuintes para estudos mais reflexivos. Desta forma, como fonte primária de dados, fez-se uso das falas e representações do mundo e cultura infantil, dos sujeitos envolvidos neste estudo. Tais falas foram apresentadas em forma de excertos.

Para o desenvolvimento da pesquisa seguiu-se como etapas: o levantamento de dados sobre o município de Itapejara D'Oeste a partir de fontes fidedignas e públicas de dados estatísticos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IAPARDES, além de dados fornecidos pelos departamentos municipais. Também procurou-se apresentar alguns dados referentes ao perfil sócio-identitário dos educandos participantes da pesquisa. Para que as vozes e representações dos educandos fossem contempladas nesta pesquisa, realizou-se um Fórum⁴, em que foram abordadas temáticas como: direito ao brincar, transporte escolar, escola, acesso aos serviços de saúde, composição e renda familiar, dificuldades e possibilidade de se viver no campo. Como ainda citam Faria e Finco (2011, p, 5) nós adultos temos que exercitar olhar o mundo a partir de outra perspectiva.

⁴ Um fórum é um espaço de discussão colaborativa, em que, temáticas são discutidas e os participantes apontam suas concepções e opiniões à respeito do tema de forma livre, através de perguntas e colocações. O tempo de duração é de aproximadamente duas horas podendo ter a fala de uma palestrante e/ou especialista, para aprofundamento do tema. (PRADANOV e FREITAS, 2013).

Para este estudo, participaram 9 crianças com idade entre 6 e 12 anos, todos residentes na área rural de Itapejara D Oeste. É importante destacar que, tais crianças não se manifestaram como integrantes do movimento social do campo mais conhecido, Movimento dos trabalhadores Sem Terra, e por isso neste estudo foram entendidas como crianças moradoras de áreas rurais, crianças filhas de trabalhadores rurais e crianças filhas de pequenos agricultores familiares. Para preservar a identidade das crianças foram utilizados pseudônimos.

3.2 CONTEXTO SOCIAL E PRODUTIVO DO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE

Itapejara D'Oeste é uma cidade de pequeno porte, com um total de 10.738 habitantes sendo que aproximadamente 33% da população vive na área rural do município (IPARDES, 2013).

A renda *per capita* gira em torno de R\$ 668,15 e tem uma população economicamente ativa de 5.817 pessoas na cidade (ibid). Itapejara D'Oeste tem sua base econômica essencialmente agrícola e agroindustrial. A cidade possui algumas pequenas fábricas como de macarrão, laticínios, facção de *jeans*, mas conta com uma grande indústria que produz ração animal e outra agroindústria, de exportação, que faz o beneficiamento de frangos, produção de embutidos e produção de ração, concentrando muitas oportunidades de empregos aos habitantes da cidade.

O município possui um total de 755 crianças entre 1 e 5 anos e 1.825 crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos (IPARDES, 2013).

O município conta hoje com:

- um Centro de Educação Infantil, na área urbana, com atendimento em meio período;

- um Centro de Educação Infantil, na área urbana, com atendimento em tempo integral.

- três escolas de Ensino Fundamental I, na área urbana
- uma escola de Ensino Fundamental I, na área rural

- uma escola de Ensino Fundamental II, na área urbana
- uma escola de Ensino Fundamental II, na área rural
- uma escola especial, na área urbana
- uma escola de Ensino Médio, na área urbana

Obs: não existe nenhuma instituição particular de ensino no município.

Conforme informações repassadas pelo Departamento Municipal de Educação e consolidadas pelo Educacenso, as matrículas em 2013 foram de 368 na Educação Infantil entretanto, há uma lista de espera de aproximadamente 70 crianças, devido há limitação da estrutura física e falta de outros Centros de Educação Infantil no município. No Ensino Fundamental I foram registradas 670 matrículas, no Ensino Fundamental II 631 matrículas e no Ensino Médio de 479 matrículas.

Um dos problemas de urbanização é a inexistência de transporte coletivo público. Para a população que vive no campo e que não possui outro meio de transporte, é difícil a vinda para a cidade, tanto para interesses pessoais quanto para a participação em projetos e espaços públicos.

Dos educandos atendidos pelo Serviço de Apoio Socioeducativo do Centro Social Marista, é disposto ao transporte escolar municipal, um total de 09 ônibus e 09 motoristas. As condições do transporte escolar do município melhoraram muito nos últimos anos possibilitadas por políticas públicas tanto federais quanto estaduais e municipais. Problemas ainda existem, em especial a superlotação de alguns trechos.

No que se refere à saúde pública o atendimento na rede municipal é realizado da melhor forma, entretanto, a cidade dispõe de apenas uma Unidade Avançada de Saúde, oferecendo à população o atendimento de apenas algumas especialidades. Como não há hospital no município, há um freqüente deslocamento dos atendidos até os municípios vizinhos como Pato Branco, Chopinzinho e Francisco Beltrão, onde se localizam os maiores hospitais da região. Itapejara dispõe de 24 profissionais atuantes no Programa Saúde da Família – PSF (Programa Saúde da Família) e ESF (Estratégia Saúde da Família), que desenvolvem trabalhos tanto na cidade quanto nas comunidades do interior do município e têm atendimento de aproximadamente 650 famílias num total de 1.953 pessoas na área rural, e atendimento em três pontos na área urbana, totalizando 2.551 famílias e 7.211 pessoas. Os casos de maior

vulnerabilidade, entre o público infantil e juvenil são: viroses e febres (Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Itapejara, 2013).

O município apresenta oportunidades aos moradores. A cidade de Itapejara D` Oeste possui IDH de 0,732 (2010) estando em 78ª posição entre os estados paranaenses. Vale destacar que em 1991, o IDH do município era de 0,466.

Em 2010, na região urbana foi inaugurada a Biblioteca Municipal Cidadã Irmão Beno Tomazoni, contanto com laboratório de Informática, sala de reuniões e um acervo de livros disponíveis para todos os munícipes.

De acordo com dados do IBGE (2014), 75% da população itapejarense, é católica. Existe uma vivência religiosa forte na cidade, traduzida especialmente pelas grandes festas dos padroeiros nas comunidades do interior e pela participação das celebrações aos finais de semana e boa adesão à catequese.

No ano de 2011 houve a criação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Itapejara D'Oeste que possibilitou a oferta de ações e programas de atendimento às vulnerabilidades. Um deles é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI o qual, em parceira com o Centro Social Marista, atende 20 crianças que foram identificadas no trabalho infantil, inclusive rural.

A agricultura e a pecuária do município são muito representativas, especialmente na produção de suínos, aves e atividade leiteira. Por conta deste fato é que a economia, serviços e produção do município giram em torno das atividades do campo.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: RELATOS DO FÓRUM INFANTIL

Foram levantadas informações e características das crianças participantes deste estudo. A criança com a menor idade tinha 6 anos e a com maior idade tinha 12 anos. Do grupo, seis eram meninas e três eram meninos. Todas as crianças estudam em escolas na área urbana do município de Itapejara D'Oeste, mas residem na área rural. As distâncias entre as suas

residências e a sede administrativa do município variam e dentre as localidades citadas pelos educandos estão:

Localidade	Distância até o centro da cidade
Linha Treze de Maio	2 Km
Coxilha Rica	4 Km
Coxilha Rica	4 Km
Palmeirinha	5 Km
Porto Velho	9 Km
Porto Velho	10 Km
Serra Preta	12 Km
Serra Preta	12 Km
Serra Preta	12Km

Fonte: SIUS⁵, 2014

Este dado revela o deslocamento diário que estes educandos fazem para estarem inseridos nas políticas públicas de atendimento. Numericamente, não são grandes distâncias, mas lembremos que os trajetos são feitos por crianças, diariamente, em estradas rurais que nem sempre se apresentam em boas condições.

Procurando também saber um pouco mais da organização familiar, as crianças apontaram com quantas pessoas moram em suas casas. Pôde-se perceber diferentes constituições familiares, indo de 3 pessoas até 6 pessoas, envolvendo nestes arranjos pais, mães, irmãos, tios, primos e avós. O ECA, na Seção II do Capítulo III, apresenta família como um conceito amplo entendendo tanto a família natural quanto a ampliada. Alguns educandos relataram no Fórum que moram próximos aos avós, tios e primos e isso é muito positivo no desenvolvimento infantil.

Sobre a forma de renda da família no campo, o SIUS revelou que, das 9 crianças participantes deste estudo, 55,6% são filhos de proprietários nas áreas rurais⁶ e o restante, filhos de trabalhadores residindo no momento nas

⁵ Sistema Integrado das Unidades Sociais – SIUS, é um sistema interno da Rede Marista de Solidariedade, utilizado como sistema de dados dos educandos, especialmente, para efetivar matrículas e registros de atendimentos.

⁶ A partir do SIUS, pode-se levantar que a média de área das propriedades rurais são de aproximadamente 7,6 hectares. De acordo com a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 2003, que dispõe acerca dos dispositivos relativos à Reforma Agrária, considera-se como uma pequena

áreas rurais de Itapejara D'Oeste. Ainda, levantou-se que, dos que são proprietários de área, as principais fontes de renda da família são: a atividade leiteira, a produção de frangos/perus pelo sistema de integração⁷, cultivos como milho, feijão, soja e trigo, além das produções para subsistência como o cultivo do pomar e da horta⁸. Os demais, correspondem ao grupo de trabalhadores da área rural.

Para as participantes do Fórum foi lhes provocado a falar sobre como é o lugar em que moram. Este momento foi muito rico, porque todos queriam contar tudo o que existia no lugar em que vivem e saiu que lá: tem casa, tem galinha, tem galo, tem pintinho, tem rio, tem árvore, tem peixe, tem chiqueiro, tem vaca, tem bezerro, tem burrinho, tem açude, tem paiol, tem roça, tem potreiro, tem ponte desmoronando, tem cachoeira...e muito mais. Das falas, destacou-se:

É legal. Tem muito espaço, tem rio, tem açude, e a paisagem é muito linda (GUILHERME, 9 anos).

É bonito. Tem um monte de bichos. Tem galinha, tem porquinho, tem coelho, tem vaca, tem galo e terneiro (KARINE, 11 anos)

É legal. Quando tá muito calor a gente vai no rio perto. Não falta peixe. Quase todo dia o vô pesca. (MARIAH, 11 anos).

As crianças foram convidadas a fazer um desenho do lugar onde moram e abaixo temos o desenho de uma delas retratando um pouco da riqueza do lugar em que vive.

propriedade rural a propriedade que tiver de 1 a 4 módulos fiscais, que são diferentemente fixados a cada município brasileiro, levando em conta o contexto produtivo daquela área. De acordo com o INCRA, o tamanho do módulo fiscal para o município de Itapejara D'Oeste é de 20 hectares e portanto, nesta pesquisa, os proprietários de terra podem ser considerados na categoria de pequenos produtores rurais.

⁷ O sistema de integração funciona através de uma parceria entre o produtor rural e as agroindústrias. Em geral este sistema é implantado na produção de aves, com a implantação de aviários nas propriedades rurais. Existe assistência técnica para a construção dos aviários, manejo e acompanhamento veterinário, além da produção atender à legislação sanitária. Em contrapartida, o produtor rural, no tempo adequado, encaminha sua produção para o beneficiamento.

⁸ A diversidade produtiva numa pequena propriedade rural é essencial para a manutenção das famílias no campo (ABRAMOWAY, 2012).



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

Quando perguntadas sobre o quê mais gostam no lugar em que vivem, entre risos infantis, apontaram gostar de,

Subir em árvore (KARINE, 11 anos)

Brincar, porque tem muito espaço. (MARIA LAURA, 6 anos)

Pescar, andar de bicicleta, andar de *skate* e da paisagem (GUILHERME, 9 anos)

Do espaço, tem muito lugar pra gente brincar. Gosto de pegar peixe e de ir no pé de vergamota (MARIAH, 11 anos).

Gosto de nadar e de pular de cima da ponte (JOSÉ CAIO, 8 anos).

De correr e brincar (VELAINE, 11 anos).

No geral, quase todos responderam algo ligado à liberdade de correr e brincar. No contexto do campo, a relação homem-natureza é mais explícita, especialmente pela condição ambiental existente. Dos nove educandos participantes, apenas um deles apontou utilizar em suas brincadeiras, brinquedos de referência urbana como o *skate* e a bicicleta.

Neste sentido, a partir das representações infantis, percebe-se que o Direito ao Brincar, pressuposto no Art. 16 do ECA, está garantido a estes pequenos, e que, suas brincadeiras são saudáveis e ligadas ao contexto do campo.

No que se refere ao direito à educação, todas as crianças participantes do Fórum estão em idade escolar e frequentam a escola cursando do Ensino Fundamental I. As crianças apontaram que gostam de vir na escola e que gostam de participar das atividades do Centro Social Marista⁹. O que mais indicaram é a dificuldade de chegar até estes lugares e isso transpareceu durante as falas no Fórum.

Eu gosto de vir na escola e de vir no Cesmar, mas não gosto de ficar dentro do ônibus (KARINE, 11 anos).

Acordar cedo para vir para a escola é a coisa mais chata do mundo, porque tem que fazer a Linha São João (CLAUDEMAR, 8 anos).

Quando chove, alaga tudo, tem barro e a gente chega na escola podre de sujeira. (MARIAH, 11 anos).

Relataram que acordam entre 5:00 e 6:00 horas da manhã e a dificuldade e demora em ter que ficar dentro do ônibus para chegar até a escola foi destacada, de uma forma ou outra, por todos os educandos que participaram do Fórum. As crianças também relataram, o quê não podemos considerar como novidade, que *“quando chove o ônibus não passa pegar”* (VELAINE, 11 anos). Como garantir o direito à educação de qualidade e contextualizada se até o acesso a escola é mais difícil para a criança que vive no campo?

No que se refere à educação do campo, Almeida e Pasuch (2013) apontam no documentário Educação Infantil no Campo, que

Até o presente momento, o que se observa é a promoção de ajustes precários para responder às demandas educacionais dessas crianças, [...] não atende a seus direitos, e além disso perpetua uma situação de exclusão que historicamente esteve atrelada àqueles que habitam o campo brasileiro (ALMEIDA e PASUCH, 2013, p. 9)

⁹ No município de Itapejara D'Oeste, existe uma parceria entre o Centro Social Marista Itapejara e o Departamento Municipal de Educação, num projeto de educação em tempo integral. Nesta parceria, além da educação formal garantida pelas escolas municipais, em período contraturno, o Centro Social Marista contribui com o desenvolvimento das crianças, na oferta de atividades e oficinas ligadas ao meio ambiente, tecnologias, comunicação, expressão corporal e educação musical.

A educação do campo apresenta-se num grande desafio frente à universalização da educação: em parte pela concepção de educação distante da realidade e contexto das crianças do campo e em parte pela falta de estrutura das escolas localizadas nas áreas rurais.

Enquanto compreendermos a educação do campo como apenas um desafio, as objetivações ainda permanecerão distantes. Temos que compreendê-la a partir da perspectiva da garantia do direito e adequar as políticas públicas e recursos municipais a este direito. Reativação de escolas rurais, atendendo as crianças do campo em regiões estratégicas, é uma das possibilidades cogitadas tanto pelas secretarias de educação, em suas esferas, quanto pelos movimentos sociais do campo. Esta reativação, de certa forma respeita o princípio da educação contextualizada e procura atender ao que está disposto na Resolução CNE/CEB nº 2 que estabelece Diretrizes Complementares para a Educação do Campo (2008), que sugere que o transporte escolar seja, preferencialmente, feito entre campo-campo e não campo-cidade.

Outra temática discutida no Fórum infantil foi o acesso aos serviços de saúde e sobre isto as crianças apontaram que quando estão doentes,

Primeiro a mãe faz um chá de casca de laranja, se não sara, traz no hospital (KARINE, 11 anos).

A vó liga pro tio, que vai buscar lá em casa (MARIAH, 11anos).

Nos últimos anos, as políticas de atendimento à saúde, organizaram também para as áreas rurais, equipes Estratégicas de Saúde da Família. No município de Itapejara D'Oeste, também existem tais equipes que fazem as visitas domiciliares e pesagens, também nestas áreas. Entretanto, cabe apontar que, pelo porte do município, não se tem hoje nenhum posto ou Unidade de atendimento nas áreas rurais, tendo que realmente, todos os casos, serem deslocados até à sede administrativa do município. Num município em que também não se tem um transporte público municipal, este acesso fica ainda mais difícil e os moradores das áreas rurais, acabam por solicitar a ajuda de vizinhos e parentes, nos casos mais graves.

Por fim, aos participantes do Fórum, fez-se a provocação acerca das dificuldades e possibilidades em se viver no campo. Como possibilidades, as crianças apontaram,

Ahhh é bom, porque dá para correr e brincar (KARINE, 11 anos)

Tem tudo as coisa que a gente precisa (MARIAH, 11 anos)

Posso ajudar a mãe a cuidar dos bicho, ir na roça, cortar vassoura (VELAINE, 11 anos)

Porque na cidade o pai não consegue trabalho (CLAUDEMAR, 8 anos).

Como dificuldades, os pequenos, citaram muitas situações ligadas à violência e ao consumo existentes nos centros urbanos, e acredita-se, enquanto pesquisadora, que tais representações são a reprodução do que, em geral, é veiculado pela mídia televisiva:

Não tem lojas perto (KETHELIN, 7 anos)

Na cidade só tem ladrão e home que mata (MARIA LAURA, 6 anos)

Não tem lugar pra brincar e tem a fumaça dos carro (VELAINE, 11 anos)

A mãe disse que tem droga e arma (JOSÉ CAIO, 8 anos).

Entretanto, também foram apontadas situações em que as crianças, com certa tristeza, afirmam sentir saudades de pessoas que estão longe, e que é difícil ver porque moram longe,

Meus amigos moram na cidade, e não posso brincar (GUILHERME, 9 anos)

Sinto falta da minha vó que mora em Dois Vizinhos (MARIA LAURA, 6 anos)

Não tem ninguém por perto pra brincar (CLAUDEMAR, 8 anos).

Eu só vejo o tio final de semana (JOSÉ CAIO, 8 anos).

Da vó, que mora em Pato Branco (VANESA, 6 anos).

Quando perguntados, se gostariam de sair do campo e vir morar na cidade, apenas uma criança disse que sim, e justificou que só o pai é que quer morar lá, porque tem que trabalhar, e que onde mora hoje, é muito longe e ninguém vai visitá-la.

4. CONSIDERAÇÕES

O presente artigo buscou refletir sobre o ideário infantil das crianças do campo, acerca da concretização e garantia de direitos, independentemente do contexto em que vivem. Participaram do Fórum Infantil nove educandos(as) do Centro Social Marista Itapejara, localizado no município de Itapejara D'Oeste – PR.

As falas infantis foram organizadas por temáticas, e discutidas num Fórum tratando de assuntos como: educação, transporte, modo de vida, saúde e direito ao brincar e convívio familiar.

Como síntese dos resultados, foi possível compreender claramente que elas têm consciência de que a vida no campo, em áreas rurais, lhes traz algumas possibilidades, especialmente relacionadas ao brincar, à alimentação e à ligação com a natureza. Também, na oportunidade de trabalho para os pais. Em geral, gostam do lugar em que vivem e pretendem continuar a morar lá, porque se identificam com a vida que levam: modos, costumes e vivências.

Entretanto, também têm a consciência de que seus direitos elementares, como educação, saúde e transporte são garantidos, mas com as dificuldades em se viver no campo, especialmente a dificuldade no deslocamento casa-escola e casa-hospital.

O Centro Social Marista Itapejara não é uma instituição que atende prioritariamente um público formado por crianças da área rural, mas num município com o porte de Itapejara D'Oeste, sua população está diretamente ligada as questões do campo, como modo de vida e movimento cultural, econômico e social. O Centro Social Marista Itapejara é uma instituição que tem como objetivo principal de seu trabalho, a promoção e defesa dos direitos das infâncias e adolescências, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Esta promoção e defesa se dá tanto pelo atendimento direto aos educandos participantes do Centro Social como na inserção em espaços de regulação e construção de políticas públicas como o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Nossa contribuição para a Educação do Campo está no movimento de força e luta conjunta pela garantia dos direitos básicos, a todas as crianças, independentemente do contexto ao qual fazem parte.

Esta pesquisa procurou atender aos requisitos solicitados para a obtenção do título de especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal do Paraná. Entretanto, o desenvolvimento deste estudo trouxe muito mais do que uma etapa acadêmica concluída. A riqueza do momento da pesquisa com as crianças foi ímpar e trouxe, a partir do olhar destes sujeitos, a visão que possuem sobre suas vidas no campo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICZ, Anete. A pesquisa com crianças e a sociologia da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de. FINCO, Daniela (orgs). **Sociologia da Infância**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 17-36..

ABRAMOWAY, Rircardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

ARIÉS, Philipe. **A História Social da Infância e da Família**. TLC: Rio de Janeiro, 1981.

BORGES, Graziela Scopel. *et al.* **Casas Familiares Rurais: Histórico De Implantação No Sudoeste Do Paraná**. Disponível em <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/1263/822>. Acesso em 09 de abril de 2014.

_____. **A Formação do Protagonismo do Jovem Rural a partir da Pedagogia da Alternância em Casas Familiares Rurais**. Dissertação de Mestrado. Pato Branco: UTFPR, 2012. Disponível em http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/298/1/PB_PPGDR_M_Borges,%20Graziela%20Scopel_2012.pdf. Acesso em 12 de abril de 2014.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. **Regulamenta a Convenção 182 da OIT**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em 12 de abril de 2014.

BRASIL. CNE/CEB nº 2. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília: MEC, 28 de abril de 2008. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>.

BRASIL. **Regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.** Lei. nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm. Acesso em maio de 2014.

CALDART, Roseli Salete. PALUDO, Conceição. DOLL, Johanés. A infância e a criança no e do campo. In: **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA, 2006. Disponível em <http://educampoparaense.org/site/media/biblioteca/pdf/Como%20se%20formam%20os%20sujeitos%20do%20campo.pdf>. Acesso em 2 de novembro de 2013.

EDUCACENSO 2013. **Matrículas do município de Itapejara D'Oeste.** INEP: Brasília, 2013.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. FINCO, Daniela (orgs). **Sociologia da Infância.** Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção Polemicas do Nosso Tempo).

IBGE Cidades. **Dados Gerais do município de Itapejara D'Oeste.** Disponível em <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/populacao.php?lang=&codmun=411120&search=paranalitapejara-d`oeste|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>. Acesso em março de 2014.

IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Itapejara D'Oeste.** Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85580>. Acesso em fevereiro de 2014.

MEC. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2003. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em maio de 2010a.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica:** para alunos de graduação e Pós-graduação. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho científico. 2.ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

VEIGA, José Eli da. GRAZIANO, José. Painel de debates. BNDES. **Desenvolvimento Rural Sustentável.** Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_debate/3-DesenvRural.pdf. Acesso em 12 de abril de 2014.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais**: mapa de estudos recentes.
Ministério
do Desenvolvimento Agrário/NEAD: Brasília, 2005.